



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O
EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REF 439/2020

À

Diretoria Executiva

FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS - FINATEC

Brasília - DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos - FINATEC em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos contidas na Interpretação Técnica - ITG 2002 (R1).

Base para opinião com ressalva

- I. Das cartas de confirmação (circularização) enviadas às Instituições Financeiras, obtivemos resposta do Banco do Brasil, faltando as demais instituições. Como consequência, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não foi possível obter evidência suficiente sobre a totalidade das operações junto a estas Instituições, como aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos ou outras movimentações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou devidamente divulgadas nas demonstrações contábeis na data do encerramento do exercício.
- II. Conforme nota explicativa 15 c), a entidade registrou na conta ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$ 1.617.667,30 decorrente de mudanças de prática contábil, que se refere à realização de ajustes necessários nas contas de depósito judicial (contingência) e depreciação do ativo imobilizado, incorporadas nas demonstrações contábeis no exercício de 2019. Ressaltamos que a Seção 10 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro da NBC TG 1000 (R1), determina que a entidade deve aplicar a nova prática contábil às informações comparativas de exercícios anteriores à data mais antiga para a qual é praticável, como se a nova prática contábil sempre tivesse sido aplicada.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no

Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase – Demandas judiciais

Conforme nota explicativa 13, a Fundação figura como polo passivo em diversas ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, as quais foram classificadas por seus assessores jurídicos com probabilidade de perda possível ou remota, cujo montante total envolvido em 31 de dezembro de 2019, corresponde respectivamente a R\$ 90.064.522,33 e R\$ 268.863.917,10, totalizando R\$ 358.985.439,43. Em consonância com a NBC TG 25, a Fundação não registrou em suas demonstrações contábeis, nenhuma provisão para estas demandas, haja vista que as informações relacionadas com estas ações foram classificadas com probabilidade de perda possível. Nossa opinião não está modificada em razão deste assunto.

Ênfase – Parecer do Ministério Público Federal do Distrito Federal e Territórios – MPDFT sobre a prestação de contas do ano de 2018

Conforme nota explicativa 21.2, em 3 de abril de 2020, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, emitiu o Parecer Técnico – Contábil n° 169 / 2019/ATC/PJFEIS, referente à prestação de contas da Fundação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentado à Promotoria de Justiça de Tutela de Fundações e Entidades de Interesse Social, nos termos da Portaria n° 3/2018/PJFEIS.

Com base nas análises realizadas pelo corpo técnico do MPDFT, foram identificadas diversas inconformidades relacionadas a aspectos contábeis e de controles internos que resultaram na sugestão de reprovação da prestação de contas. Em razão da necessidade de adequações imediatas a administração da Fundação adotou tratativas emergenciais para sanear os apontamentos de maior relevância, tais como: (i) contratação de consultoria para auxiliar no processo de retificação do SPED de 2018; (ii) contratação de auditores independentes para validação do Termo de Verificação do SPED de 2018; (iii) revisão do Plano de Contas para adequação do SPED de 2018; (iv) revisão dos processos internos no que tange ao controle operacional dos projetos; (v) realizou a conciliação operacional de todos os projetos em consonância com as posições contábeis; e (vi) iniciou um processo de revisão da estrutura orgânica da Entidade.

Ênfase – Efeitos da pandemia sobre as Demonstrações Contábeis

Conforme nota explicativa 21.4, a Fundação com base no Alerta emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 10 de março de 2020, dirigido aos profissionais de contabilidade, divulgou os atos e fatos relevantes que envolveram tratativas de natureza estratégica e econômico-financeira que poderiam afetar suas demonstrações contábeis no que tange aos riscos e incertezas sobre a continuidade de suas operações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade

de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 10 de setembro de 2020



IDEA Auditores Independentes
CRC/GO 001106/O S/DF

JACKSON LARA
RIBEIRO:16282913896
Jackson Lara Ribeiro
Contador – CRC/GO 012.068 S/DF

Assinado de forma digital por
JACKSON LARA RIBEIRO:16282913896
Dados: 2020.12.16 14:09:40 -03'00'

FUNDAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS - FINATEC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Índice

Relatório dos auditores independentes	2 a 5
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Quadro 1 – Balanço patrimonial	7
Quadro 2 – Demonstração do resultado do período	8
Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11 a 37

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 31/12/2018

Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	2019	2018
CIRCULANTE		104.077.292,63	78.630.016,44
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - 1101		83.704.740,40	68.285.556,72
Caixa	4.a	1.686,35	2.000,00
Banco c/ movimento - Recurso sem Restrição	4.a	127.559,12	26.432,26
Aplicação Financeira - Recurso sem Restrição	4.a	6.109.682,31	5.734.212,77
Banco c/ movimento - Recurso com Restrição	4.b	2.076.090,76	1.463.815,45
Aplicação Financeira - Recurso com Restrição	4.b	75.389.721,86	61.059.096,24
CRÉDITOS A RECEBER		20.372.552,23	10.224.075,69
Clientes - Recurso Sem Restrição	5.a	-	65.000,00
Clientes - Recurso Com Restrição	5.b	16.009.230,89	8.675.526,59
Contas a Receber	5.c	23.003,30	38.213,87
Contas a Receber - Funcionários	5.c	7.684,67	-
Contas a Receber - Projetos	5.c	13.687,73	-
Reembolsos a Receber - Projetos	5.c	637.037,47	-
Emprestimos Concedido a Projetos	5.c	1.978.997,18	453.998,59
Adiantamentos administrativos Sem Restrição		544.032,39	19.259,21
Adiantamentos a Fornecedores por Projetos	6	923.301,26	792.511,31
Tributos a Recuperar	7	235.577,34	178.254,02
Despesas Antecipadas		-	1.312,10
ESTOQUES		0,00	120.384,03
Estoque		-	120.384,03
NÃO CIRCULANTE		90.469.965,06	93.155.689,93
Contas a Receber Longo Prazo		151.077,52	-
Aplicações Financeiras Sem Restrição	4.c	54.498.262,08	60.359.118,89
Depositos Judiciais	8	2.555.018,53	2.545.505,37
Terrenos	9	3.430.000,00	3.430.000,00
Imobilizado Sem Restrição	10.1	3.396.771,00	2.760.229,06
Intangível	10.1	808,00	808,00
Imobilizado Com Restrição	10.2	26.438.027,93	24.060.028,61
TOTAL DO ATIVO		194.547.257,69	171.785.706,37
PASSIVO			
CIRCULANTE		12.866.114,14	2.512.288,56
Fornecedores - Sem restrição	11	1.059.396,15	365.402,46
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	1.501.910,15	1.551.781,96
Outras obrigações - Com restrição	13	635.534,21	330.876,20
Adiantamento de Clientes - Com restrição		538.559,93	213.303,11
Provisões Contingenciais	14	2.563.745,37	18.240,00
Fornecedor - Com restrição		1.401.767,74	-
Empréstimos de Projetos		2.518.597,18	-
Obrigações Sociais e Trabalhistas com restrições		1.717.070,31	-
Outras Obrigações com restrições	13	929.533,10	32.684,83
CIRCULANTE LONGO PRAZO		85.970.295,76	94.691.175,00
Recursos de Projetos em Execução - 2019	15	85.970.295,76	94.691.175,00
NÃO CIRCULANTE		26.438.027,93	-
Bens do Ativo Permanente para Doação - Com Restrição	10.2	26.438.027,93	-
PATRIMÔNIO SOCIAL	16	69.272.819,86	74.582.242,81
Patrimônio Social		54.106.777,14	55.724.444,44
Reservas	16.a	24.308.346,44	24.308.346,44
Déficit Acumulado	16.b	(9.142.303,72)	(5.450.548,07)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL		194.547.257,69	171.785.706,37

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS PERÍODOS
FINDOS EM 31.12.2019 E 31/12/2018

		<i>Em milhares de Reais</i>	
	Nota	2019	2018
Com Restrição			
Recursos de projetos	17.a	85.108.955,35	75.336.961,77
Total de Recursos		85.108.955,35	75.336.961,77
Despesas operacionais dos Projetos	18		
Despesa c/ Pessoal e Encargos		45.721.174,79	33.641.960,00
Despesa c/Serviços de Terceiros		17.295.187,73	8.327.608,36
Despesa c/ Material de Consumo		4.229.616,55	3.323.217,16
Despesa c/ Viagens		1.639.212,73	15.771.521,60
Despesas Operacionais e Administrativa - DOA		6.029.905,64	2.843.835,51
Despesas Financeira		709.787,12	2.590.779,03
Despesas Operacionais - DOP		892.431,99	667.172,10
Despesas Tributárias		980.141,88	26.796,28
Despesas com Imobilizado		7.611.496,92	8.144.071,73
Total de Despesas		85.108.955,35	75.336.961,77
Resultado dos Projetos		-	0,00
Despesas operacionais da Administração Sem restrição			
Receita da Administração		7.907.978,72	1.391.508,74
Receita de Restaurant		-	-
Receita com Cursos		2.243.687,27	2.247.900,02
Receita com eventos		356.885,65	-
Receita com Taxas		-	2.773.720,18
Receitas Financeiras		3.635.602,81	4.252.729,21
Deduções da Receitas		(631.972,51)	-
Receitas de Aluguéis		2.008.251,59	-
Outras Receitas Operacionais		182.002,68	4.518.068,54
Total de Recursos	17.b	15.702.436,21	15.183.926,69
Custos e Despesas Operacionais			
Custo S/ Comercialização Restaurante		904.992,54	618.281,25
Total dos Custos		904.992,54	618.281,25
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal e Encargos	19.1	11.094.133,74	9.082.977,88
Despesas Administrativas	19.2	941.458,31	479.571,91
Despesas com Materiais	19.3	751.246,50	635.887,77
Despesas com Viagens		316.763,69	214.781,31
Despesas com Serviços	19.4	4.392.435,76	3.807.002,33
Despesa com Vendas		13.983,67	41.077,91
Despesa Tributária		85.631,62	4.954.068,45
Despesa Financeira		80.043,60	71.808,48
Despesa com provisões		8.683,34	-
Fomento		206.993,44	238.790,49
Despesa om Depreciação e Amortização		522.789,27	484.354,44
Outras Despesas Operacionais		78.883,64	1.675,48
Total das Despesas		18.493.046,58	20.011.996,45
DÉFICIT DO PERÍODO		(3.695.602,91)	(5.446.351,01)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018**

Descrição	Patrimônio Social	Reserva para Investimento	Superávit/Déficit Acumulado	Em milhares de Reais Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	55.476.608,37	24.308.346,44	2.680.226,20	82.465.181,01
Superavit do Período	-	-	26.075.975,30	26.075.975,30
Ajustes do Exercício	-	-	(22.863.912,37)	(22.863.912,37)
Transferencia de Superávit de Recursos sem Restrição	2.680.226,20	-	(2.680.226,20)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	58.156.834,57	24.308.346,44	3.212.062,93	85.677.243,94
Déficit do Período	-	-	(5.446.351,01)	(5.446.351,01)
Ajustes do Exercício	(5.644.453,06)	-	(4.197,06)	(5.648.650,12)
Transferencia de Superávit de Recursos sem Restrição	3.212.062,93	-	(3.212.062,93)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	55.724.444,44	24.308.346,44	(5.450.548,07)	74.582.242,81
Déficit do Período	-	-	(3.695.602,91)	(3.695.602,91)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.617.667,30)	-	3.847,26	(1.613.820,04)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	54.106.777,14	24.308.346,44	(9.142.303,72)	69.272.819,86

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 E 31/12/2018

	<i>Em milhares de Reais</i>	
	2019	2018
I - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit do exercício	(3.695.602,91)	(5.446.351,01)
(+) Depreciação/amortização do período	522.789,27	4.534.799,44
(-) Ajustes que afetam o fluxo de caixa das atividades operacionais	-	(506.378,00)
(+) Perda na baixa de Bens do Imobilizado	75.664,95	(1.878.881,10)
	(3.097.148,69)	(3.296.810,67)
Variação de ativos		
Créditos a Receber	(1.444.788,02)	4.319.735,36
Tributos a Recuperar	(57.323,32)	-
Despesas Antecipadas	1.312,10	-
Estoques	120.384,03	(72.161,48)
Outros Valores a Receber	(1.323.486,16)	4.347.052,12
	(2.703.901,37)	8.594.626,00
Variação de passivos		
Fornecedores	693.993,69	296.178,40
Obrigações com Pessoal	(49.871,81)	(825.493,19)
Contingências	2.545.505,37	(452.764,16)
Obrigações tributárias	-	177.127,18
Recursos de Projetos em Execução	-	23.846.291,37
Outras Obrigações a Pagar	-	32.684,83
	3.189.627,25	23.074.024,43
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(2.611.422,81)	28.371.839,76
II - ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recurso Recebido pela Venda de Imobilizado	-	954.500,00
Ajustes que Afetam o Patrimônio Líquido	(1.613.820,04)	(6.937.267,18)
Movimento do imobilizado	(1.159.331,21)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(2.773.151,25)	(5.982.767,18)
III - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Variação nas aplicações de longo prazo	5.860.856,81	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	5.860.856,81	
IV - AUMENTO LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	476.282,75	22.389.072,58
V - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES		
SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Início do exercício	5.762.645,03	45.896.484,14
Final do exercício	6.238.927,78	68.285.556,72
VI - DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DAS DISPONIBILIDADES	476.282,75	(22.389.072,58)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis.